
RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 01/2025

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Sesc em Minas n.º 000043-25 – Processo nº 004001-08125, cujo objeto é Contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia para manutenção corretiva e preventiva no sistema de pintura nas áreas externas da unidade Sesc Floresta.

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 4.1. do Edital convocatório, o prazo fatal para a apresentação de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 26/05/2025. Dessa forma, considerando que a impugnação foi apresentada em 20/05/2025, esta foi tempestiva.

2 – DA IMPUGNAÇÃO

Desta feita, abaixo transcrevemos trechos para entendimento do ponto impugnado. Em síntese, é impugnado as exigências contidas nos itens 1.14, 1.15, 1.16, 6.1.15 e 9.1, alegando a impugnante o seguinte:

“(...) As exigências contidas nos itens 1.14, 1.15 e 1.16 do Termo de Referência são inadmissíveis e ilegais, pois interfere diretamente no tipo de contratação que a empresa deve realizar para realização do serviço a ser contratado. Tais exigências engessam a administração e são descabidas, visto que a empresa tem e deve contratar profissionais que atendam às suas necessidades para melhor realizar o serviço contratado.

Ainda, considerando as novas formas de contratação e a escassez de trabalhadores na construção civil, muitos destes trabalhadores optam por não realizar contrato de carteira assinada, seja por causa da curta duração de determinados serviços/obras, seja pela flexibilidade ao realizar contratos de prestação de serviço ou até por não ter interesse na assinatura de sua CTPS, optando por ser MEI.

Os profissionais que possuem tempo de serviço na CTPS geralmente estão empregados em grandes empresas do ramo da construção civil e encontrar no mercado de trabalho profissionais com as exigências contidas no edital é quase impossível.

Ademais, o objeto da licitação se reveste na contratação de empresas para realização de serviço COMUM, com curta duração e sem nenhuma grande dificuldade ou maiores exigências técnicas.

Tais exigências geram contradição com o item 6.1.22. A exigência deste item não interfere na administração da empresa, dando flexibilidade de contratação e ao mesmo tempo sendo uma exigência de fácil e ampla concorrência.

Ainda, o item 6.1.15 traz uma obrigação acessória de difícil atendimento. Os trabalhadores que realizam serviços temporários são, em sua maioria, profissionais que realizam um excelente trabalho. Porém, dificilmente ou quase nunca são profissionais que fizeram cursos de qualificação ou treinamentos. Isso porque são

serviços simples e de fácil realização. Portanto, exigir tais documentações fogem do escopo da lei 14.133/21 que visa simplificar os processos licitatórios e proporcionar uma ampla concorrência.

O item 9.1 apresenta uma série de documentos e certificados que são exigidos para trabalhadores com vínculo de trabalho na CLT. Diferentemente dos trabalhadores que devem realizar o serviço objeto da licitação, geralmente contrato temporário de serviço ou prestação de serviço por MEI. (...)”

3 – DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC

Inicialmente, cabe ressaltar que o Sesc não é entidade pública, por conseguinte, não é integrante da Administração Pública, seja ela direta ou indireta. Trata-se de Instituição de direito privado sem qualquer vinculação ao Estado, criada em 13/09/1946 por meio do Decreto-Lei nº 9.853, com objetivo de contribuir para a qualificação do mercado pela formação e valorização do trabalhador, tendo como escopo, ainda, a assistência social nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Aliás, além de estar previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.853 de 13/09/1946, de forma expressa, que o Sesc possui personalidade jurídica de direito privado, a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 240, dispõe que os serviços sociais autônomos e de formação profissional vinculados ao sistema sindical são instituições privadas, e não públicas, como equivocadamente está sendo enquadrado.

Destarte, importante salientar que, em matéria de licitações para contratações de prestadores de serviços ou fornecedores, o Sesc em Minas se sujeita às regras estabelecidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos próprio, consolidado pela Resolução nº 1593/2024, de 02/05/2024, do Conselho Nacional do Sesc, e não à Lei Federal nº 14.133/2021 e outras aplicáveis à Administração Pública.

Neste aspecto, importante, ainda, salientar que a validade e eficácia dos procedimentos que envolvem as licitações e contratos no Sesc não são vinculados e determinados pela Lei Federal de Licitações. Não se interpreta extensivamente ao Sesc os deveres, limites, proibições a que a Administração Pública se sujeita, admitindo-se, no que couber, a observância dos princípios gerais da administração pública. Sobre isso, já manifestou o Tribunal de Contas da União em uma de suas decisões:

As Entidades do Sistema “S” não são alcançadas pelo art. 1º da Lei 8.666/93. (AC 3362/2009-1ª Câmara). Os Serviços Sociais Autônomos, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.666/1993, não estão sujeitos à estrita observância dessa Lei, mas sim a seus regulamentos próprios devidamente publicados, os quais devem se pautar nos princípios gerais do processo licitatório, devendo, contudo, ser consentâneos com os princípios constantes do art. 37, caput, da Constituição Federal e seguir os princípios gerais relativos à administração pública. (sem destaques no original).

Vê-se, assim, que ao contrário do pretendido na impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico nº 000043/2025, não são de aplicação direta no caso em tela a Lei nº 14.133/2021, dentre outras normas voltadas à Administração Pública.

Ultrapassadas as questões afetas à natureza jurídica do Sesc em Minas e as normas a que se sujeita, passa-se à análise do mérito.

4 – DA ANÁLISE

Conforme já tratado neste documento, o Sesc em Minas não é integrante da administração pública direta ou indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado, assim como Regulamento de Licitações e Contratos. Logo, não estamos subordinados a observância dos estritos procedimentos das Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002, 14.133/2021, entre outras.

Verifica-se que a impugnação aqui tratada versa sobre a retificação do edital e anexos para que sejam excluídas as exigências contidas nos itens supracitados.

É importante destacar que cabe à área técnica demandante, detentora de conhecimentos técnicos, estabelecer as definições técnicas, em atenção e respeito as premissas que orientam as contratações em âmbito do Sesc, se atentar e sopesar quanto à aplicabilidade das premissas de regências de suas contratações com o fim, primordial, de se alcançar a melhor contratação possível.

Assim, tratando-se das razões de matéria técnica, por sua vez, a área técnica demandante, manifestou:

Sobre os Itens 1.14, 1.15 e 1.16:

1.14. A CONTRATADA deverá manter encarregado geral de serviços fixo na frente de serviços, este profissional deverá possuir experiência registrada em carteira de trabalho (CTPS) com no mínimo 06 (seis) meses na função ou contrato de prestação de serviço que comprove a capacidade do profissional na função pretendida, ficará responsável pelas funções de encarregado de equipe/serviços, essa comprovação deverá ser apresentada na fase de mobilização da empresa após assinatura do contrato;

1.15. A CONTRATADA deverá manter auxiliar técnico ou auxiliar de engenharia fixo na frente de serviços, este profissional deverá possuir experiência registrada em carteira de trabalho (CTPS) com no mínimo 06 (seis) meses na função ou contrato de prestação de serviço que comprove a capacidade do profissional na função pretendida, ficará responsável pelas funções de técnicas e administrativas pela equipe e frente de serviços, essa comprovação deverá ser apresentada na fase de mobilização da empresa após assinatura do contrato;

1.16. A CONTRATADA deverá manter técnico de segurança semanalmente e/ou quando a fiscalização solicitar acompanhamento de demanda pontual. Este profissional deverá possuir experiência registrada em carteira de trabalho (CTPS) com no mínimo 06 (seis) meses na função ou contrato de prestação de serviço que comprove a capacidade do profissional na função pretendida, essa comprovação deverá ser apresentada na fase de mobilização da empresa após assinatura do contrato;

As exigências dos itens 1.14, 1.15 e 1.16 não se referem à forma de vínculo empregatício, mas sim à experiência comprovada na função (por CTPS ou contrato de prestação de serviços). Ou seja, não impõem modelo de contratação específico, tampouco condicionam a habilitação ao atendimento imediato dessas exigências, uma vez que a comprovação só será exigida após a assinatura do contrato, durante a fase de mobilização.

Assim, não impedem a participação de nenhum licitante nem criam ônus anterior à contratação.

(...)

Sobre o Item 6.1.22: Designar Encarregado/Preposto para acompanhar diariamente a execução dos serviços contratados bem como Técnico de Segurança do Trabalho pontual. Não há contradição, trata-se de uma informação complementar pois o encarregado/preposto é fixo e deverá acompanhar a execução dos serviços diariamente e o

técnico de segurança do trabalho, como dito no item 1.16, ele deverá prestar o serviço semanalmente ou quando solicitado o acompanhamento de demanda pontual.

(...)

Sobre o Item 6.1.15: Apresentar os certificados de credenciamento, especialização e treinamentos dos profissionais da empresa junto com a documentação de segurança do trabalho, comprovando a aptidão e habilitação para realização das atividades de manutenção nos equipamentos.

As exigências impugnadas têm fundamento na necessidade de garantir:

- *Planejamento técnico e adequado acompanhamento da execução;*
- *Segurança dos trabalhadores, especialmente por envolver serviços em altura e manipulação de tintas e produtos químicos;*
- *Eficiência na execução dos serviços, considerando o prazo e a criticidade da atividade em área institucional com circulação de pessoas.*

O Termo de Referência é claro ao exigir a presença:

- *De encarregado fixo com experiência comprovada (6.1.14);*
- *De auxiliar técnico ou engenheiro com experiência, para suporte técnico e administrativo (6.1.15);*
- *De técnico de segurança, com atuação regular ou pontual conforme a demanda (6.1.16).*

(...)

Sobre o Item 9.1: A Contratada deverá apresentar as documentações listadas no formulário de diretrizes de segurança de trabalho do Sesc em Minas, anexo específico deste termo de referência.

Os documentos solicitados são obrigatórios quando solicitados e não são exclusivos de trabalhadores com vínculo CLT, podendo ser profissionais que prestam os serviços mediante contrato de trabalho.

Por se tratar de serviço de engenharia (ainda que comum), com atividades que envolvem risco (ex.: trabalho em altura, pintura em superfícies metálicas e hidrojateamento), sendo, portanto, essencial garantir que os profissionais responsáveis tenham capacitação comprovada, conforme exigido também pelas normas da ABNT citadas no Termo de Referência.

Os certificados de treinamento, especialização e segurança são exigidos especialmente quando envolverem riscos operacionais. Não se trata de exigência genérica, mas de critério técnico proporcional, conforme a atividade executada.

Não impondo o modelo específico de contratação, respeitando a autonomia da empresa.

5 – DA DECISÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO** da impugnação apresentada, e no mérito **NEGO-LHE PROVIMENTO**, desse modo, mantendo o referido edital e seus anexos inalterados.



Cleidi Oliveira Dutra

Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas